

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.488.579 - PB (2019/0108489-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : DOMICIO JOSE DA SILVA
ADVOGADO : NYEDJA NARA PEREIRA GALVÃO - PB007672
AGRAVADO : ELIZABETH ALMEIDA DE MENDONCA
ADVOGADO : DANIEL BRITO FALCÃO E OUTRO(S) - PB015183
AGRAVADO : LIBERTY SEGUROS S/A
ADVOGADOS : MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE - PE020397
FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JÚNIOR E
OUTRO(S) - PE023289
INGRID GADELHA DE ANDRADE NEVES - PB015488

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por DOMICIO JOSE DA SILVA, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, assim ementado:

APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. IMPROCEDÊNCIA. INSURREIÇÃO DO AUTOR. COLISÃO VEICULAR. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. CULPA DE TERCEIRA PESSOA. COMPROVAÇÃO. BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. DOCUMENTO ELABORADO POR POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE NÃO AFASTADA. ATO ILÍCITO. ATRIBUIÇÃO A PROPRIETÁRIA DO VEICULO. RESPONSABILIDADE. CARACTERIZAÇÃO. AUSÊNCIA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO.

Quanto à controvérsia pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega a violação dos arts. 186, *caput*, 188, I, II e parágrafo único, 927 e 930, parágrafo único, do CC; 5º, X, da CF; e 28, 175, I, VII, VIII, e 181, XVI, do CTB, no que concerne à ausência de comprovação da culpa exclusiva de terceiro, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Apesar da sentença e acórdão terem atribuído culpa a terceiro a conduta culposa, por imprudência, ensejou a ocorrência direta dos danos materiais, além disso, não há evidências de ser exclusiva a concorrência do fato de terceiro no acidente, o que era ônus das Recorridas demonstrarem.

Portanto, se desincumbir-se desse mister, não é possível considerar rompido o nexo de causalidade entre sua conduta culposa e o resultado danoso.

A culpa de terceiro no fatídico acidente nunca foi comprovada. As testemunhas afirmaram não terem visto tal colisão, tendo o delegado que investigou o caso, afirmado não ter ocorrido colisão do caminhão com o veículo da 1ª Recorrida, inclusive se dirigiu à Oficina para constatar tal fato, concluindo que não havia qualquer amasso no veículo da 1ª Recorrida causado pelo caminhão, concluindo que os danos decorrentes do acidente ocasionados no carro da 1ª Recorrida foram do abalroamento nos veículos da pista contrária portanto a fundamentação da decisão cai por terra. Nunca existiu um terceiro que bateu na traseira do veículo da 1ª Recorrida e o caminhão apontado ultrapassou a mesma, sem qualquer "trancão" ou batida em seu veículo, mas sim, a 1ª Recorrida, em sua imperícia como motorista, se assustou com a passagem do referido caminhão puxando seu carro bruscamente e causando o fatídico acidente.

Ou seja, apesar do acórdão atribuir culpa a terceiro, essa culpa de terceiro nunca foi configurada, caindo por terra a fundamentação aposta no respeitável acórdão.

E, apesar das testemunhas das Recorridas terem afirmado que viram um caminhão passando no momento do acidente, ainda assim, a causadora direta do dano não fica isenta da responsabilidade de indenizar. Ou seja, sua conduta culposa, por imprudência, ensejou a ocorrência direta dos danos materiais, cuja reparação foi comprovada pelo Recorrente (fls. 413/414).

Quanto à controvérsia pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissídio jurisprudencial com julgados do TJ/SC.

É o relatório. Decido.

Quanto à alegada ofensa ao art. 5º, X, da CF, é incabível o recurso especial porque visa discutir violação à norma constitucional que, consoante o disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal, é matéria própria do apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido: “Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal” (AgInt nos EREsp 1082463/DF, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, julgado em 18/12/2018, DJe 01/02/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EDcl no AREsp 1342571/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 17/12/2018, DJe 01/02/2019; e AgInt no AREsp 1287630/SC, Rel. Ministra Assusete Magalhães,

Segunda Turma, julgado em 18/09/2018, DJe 25/09/2018.

Quanto controvérsia pela alínea "a", no tocante aos demais artigos indicados como violados, o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, assim se manifestou:

Pois bem. É incontroverso nos autos que, no dia 30 de de, dezembro de 2011, na BR 230, KM 19,6, o automóvel Ford Fiesta, placa NPS 4779, conduzido por Elizabeth Almeida de Mendonça colidiu com o automóvel da parte autora. O fato de ter se chocado com o veículo guiado do promovente faria recair, em tese, a presunção de responsabilidade da motorista pelo evento danoso.

Entretanto, de acordo com a dinâmica do acidente, não foi isso que sucedera, eis que, observando-se a prova coligida, a julgadora atribuiu a terceira pessoa a responsabilidade pelo sinistro, senão vejamos à fl. 326/V:

Colhe-se do caderno processual que a primeira promovida trafegava com seu veículo FORD FIESTA, placa NPS 4779, na BR 230, sentido Cabedelo-João Pessoa, quando um caminhão não identificado, que se deslocava no mesmo sentido, colidiu em sua lateral traseira esquerda. Tal fato provocou a perda de controle do automóvel, por parte da primeira ré, fazendo-a colidir com os demais veículos identificados no boletim de acidente de trânsito de fls. 16/29, inclusive o veículo de propriedade do suplicante. Tal conclusão é extraída da leitura da narrativa apresentada no dito Boletim de Ocorrência de Trânsito e ratificado pela oitiva das testemunhas que se apresentaram em Juízo, afirmando que, de fato, havia um caminhão não identificado na BR 230, que trafegava na pista ao lado do veículo conduzido pela primeira ré, tendo com este colidido.

A prova existente nos autos, por sua vez, é composta, entre outras, pelos documentos produzidos pela Polícia Rodoviária Federal, fls.16/29, inquérito policial instaurado para apuração da prática, em tese, do atropelamento, fls. 276/277, pelas versões apresentadas pelas próprias partes interessadas e, ainda, pelo depoimento de várias testemunhas, as quais afirmaram em juízo que o acidente ocorreu em virtude da invasão da pista contrária pelo motorista réu, impulsionada por um caminhão, vide transcrição fls 326/327.

Destarte, ao contrário do afirmado pelo demandante, apesar de o veículo de Elizabeth ter colidido com o de Domício, a culpa do acidente em discussão foi do motorista do caminhão, que, até o julgamento da sentença, não se saberia o condutor.

[...]

Assim, considerando versar o feito de responsabilidade subjetiva, infere-se que o promovente não logrou êxito em demonstrar a ocorrência da culpa exclusiva da motorista do Ford Fiesta, ora demandada, tampouco a obrigação reflexa da seguradora em arcar com as despesas advindas do multicitado acidente (fls. 401/405).

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal

demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 07/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Consigne-se, ainda, quanto à alegada existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a” e obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: "Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula n. 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso." AgInt no AREsp n. 1.312.148/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 20/9/2018.

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AgInt no REsp n. 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; AgInt no AREsp n. 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018; AgRg no AREsp n. 695.443/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 25/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

